

# Para onde *vai Portugal...*

João M. S. Carvalho

Nos últimos 60 anos, as taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto absoluto e per capita têm caído de forma sustentável (ver tabela).

Períodos	Taxa de crescimento médio real do PIB	Taxa de crescimento médio real do PIB per capita
Década 1961-1970	5,81%	6,03%
Década 1971-1980	4,99%	3,82%
Década 1981-1990	3,67%	3,45%
Década 1991-2000	3,01%	2,69%
Década 2001-2010	0,74%	0,47%
Década 2011-2020	0,54%	0,12%

Fonte: cálculos com base nos dados da Pordata



João M. S. Carvalho  
Professor Associado da  
Universidade Portucalense

Pelo caminho, entre muitos outros acontecimentos nacionais e mundiais com impacto nas nossas vidas, tivemos a guerra colonial (1961-1974), o 25 de abril de 1974, o PREC (período revolucionário em curso: 1974-1975), o 11 de março de 1975 (nacionalização da banca), o 25 de novembro de 1975 (afastamento de um possível modelo de regime totalitário), a entrada

na CEE (Comunidade Económica Europeia, 1986), a chegada de fundos europeus até aos dias de hoje, a entrada no Euro em 2002, os défices e dívidas excessivos, o resgate através da TROIKA (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia, e Banco Central Europeu), e a “Gerin-gonça” (governo minoritário do Partido Socialista, com apoios de Partido Comunista e do Bloco de Esquerda).

Afinal, o que está mal na economia portuguesa para que as taxas de crescimento sejam praticamente nulas? Obviamente, são muitas as causas, das quais vamos destacar algumas pela sua importância estratégica. Esta lista não quer dizer que não tenha havido evolução nestas variáveis nos últimos 60 anos. Houve, mas com poucos resultados, quando comparamos Portugal com as outras economias avançadas.

1

**Tradição de dependência do Estado, tanto na Monarquia como na República, tendo por base regimes ditatoriais na maior parte do tempo.**

2

**Economia de base rural e pobre, que evoluiu para uma industrialização de figurino clássico, assente na produção de matérias-primas e de produtos de baixo valor acrescentado.**

3

**Atraso, relativamente às economias ocidentais mais avançadas, no desenvolvimento do setor dos serviços, da indústria mais tecnológica e baseada no conhecimento.**

4

**Falta de liberdade na maior parte dos mercados e setores de atividade, limitando muito a iniciativa privada e o investimento estrangeiro.**

5

**Falta de qualificações dos trabalhadores em geral, nomeadamente pelas limitações no acesso e desenvolvimento dos diversos graus de ensino.**

6

**Os défices de formação escolar e de conhecimento, que levaram a escolhas empresariais sempre limitadas às condições existentes, implicando investimentos em setores de atividade de baixo valor acrescentado.**

7

**Falta de políticas que incentivem o investimento nacional ou internacional nos setores mais avançados da economia mundial.**

8

**Entraves burocráticos à agilização das empresas nos mercados, sobrecarregando-as com impostos e licenciamentos demorados ou difíceis de obter em tempo útil.**

Acresce a estas situações, que vão tendo a sua evolução lenta (vejam a dificuldade em chegar o 5G a Portugal), as questões relacionadas com o excesso de Estado em quase tudo. Quanto tempo é preciso, por exemplo, para legalizar uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social)? Até no setor social, os empreendedores têm imensas dificuldades, tendo de iniciar o seu funcionamento antes de autorização completa das autoridades. Poder-se-á defender que todo este poder do Estado (central, local, segurança social, reguladores, etc.) existe para defender o coletivo, que estará acima dos interesses individuais. Mas outros dirão que esta forma de controlo não é a melhor para o crescimento da economia. Quase sempre, concordamos com os diagnósticos, vejam-se os artigos de opinião e os debates nos media, mas o problema está nas soluções que são propostas ou, o que ainda é pior, nas soluções que não passam de processos de intenção, percorrendo os discursos políticos, mas sempre com uma tardia execução. Mais, tem acontecido serem aprovadas “boas” leis, mas que não são regulamentadas durante anos, logo demorando imenso a fazer os efeitos desejados. Trata-se de um problema legal e procedimental, que merece atenção há muito tempo, mas que ninguém procura resolver.

Então, o que se poderá fazer para tentar inverter muitas destas situações que só empobrecem o país? Neste contexto, qual deveria ser a posição do Estado? Houve um período em que o papel do Estado foi fundamental, nomeadamente a seguir ao 25 de abril, de forma a retirar Portugal do seu atraso ancestral em domínios fundamentais como a saúde e a educação. No entanto, esse

período passou. Hoje em dia, consegue-se obter saúde e educação com uma maior perceção de qualidade e conforto através das instituições privadas. Todos sabemos que assim é, daí a adesão da população a todo o tipo de seguros, vendo-se até os políticos que defendem a estatização a utilizar estes setores, ou a colocar os filhos em universidades privadas no estrangeiro. Não se pretende acabar com a prestação pública destes serviços, mas tão só evitar que o Estado faça constantemente concorrência desleal aos privados, quando estes têm dado, e até podem dar mais, um contributo inestimável para a melhoria destes setores de atividade. Não é por acaso que os melhores hospitais e universidades do mundo são privados. Competirá ao Estado criar as condições de igualdade de acesso a estes serviços, subsidiando direta ou indiretamente, todos aqueles que não tenham possibilidade económica do seu usufruto. Os cheques-saúde ou educação, ou outra qualquer formulação, deveriam ser a forma de criar essa igualdade de acesso. A concorrência entre público e privado melhoraria, com certeza, a qualidade dos serviços de saúde e educação para todos.



**Quase sempre, concordamos com os diagnósticos, mas o problema está nas soluções que são propostas**

O Estado também deveria apostar mais na capacidade dos seus cidadãos para criar riqueza, facilitando a atividade empresarial, sem colocar em causa o respeito pelas leis de defesa do interesse comum. A política fiscal pode ser usada para “aliciar” empreendedores para os setores de futuro em termos de valor acrescentado. Todo o setor considerado estratégico e de grande criação de riqueza, deveria ser “beneficiado” pelas políticas governamentais e pela utilização dos fundos europeus. Mais tarde, estes setores, pela sua rentabilidade e crescimento, iriam ressarcir o Estado desses apoios, mantendo-se assim os equilíbrios desejáveis nas contas públicas. Ter um projeto para o futuro, essencialmente condicionado por obras e investimentos públicos no próprio setor público, que fornece bens não transacionáveis, nunca poderá ser uma estratégia de sucesso para a criação e crescimento sustentável da riqueza. Sem esta riqueza crescente, é difícil fazer uma melhor distribuição pelos que mais precisam. E, se se tenta fazê-lo, acabamos a aumentar impostos, “estrangulando” a economia real e fazendo dívida pública crescente até à próxima TROIKA.

Quem tem ajudado de forma determinante à sobrevivência de Portugal são os empresários exportadores. Assim, a aposta do Estado deve seguir sempre esse paradigma, apoiar quem rapidamente possa exportar, de forma a contribuir para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos, assim como para o crescimento da riqueza nacional.

Uma cultura empreendedora deve ser promovida no nosso ensino (tem-se feito muito nesta área), mas tem de ter continuidade na criação de um

clima mais seguro para os negócios, desde a forma como são criados até à sua sobrevivência e crescimento. Aqui, o Direito tem um papel fundamental, dando segurança e resposta ágil aos problemas jurídicos que sempre acontecem nos negócios. Este aspeto também é uma das fontes de não atração do investimento estrangeiro.

Em suma, diríamos que precisamos de menos Estado e melhor Estado, de mais e melhores empreendedores, e de mais e melhor educação para o empreendedorismo e a cidadania. Isto é, a cultura empreendedora serve para estimular a criação de mais empresas, mas também para o desenvolvimento do intraempreendedorismo, do empreendedorismo social, e da formação de profissionais mais orientados para a inovação.

Obviamente, todas as ideias são discutíveis, e as melhores soluções dependem sempre do contexto político, económico, social e tecnológico. Estas, que aqui apresentamos, são mais um contributo para o debate de novas ideias e propostas que, desejamos nós, possam ser uma semente para a criação de uma mudança estrutural nas políticas do nosso país. Se continuarmos a patrocinar, independentemente dos partidos que governem, as mesmas políticas, então não será surpresa alguma o continuar nesta senda de não crescimento económico, logo sem riqueza para poder distribuir melhor. A última questão é: quem tem coragem para fazer diferente e retirar Portugal da cauda da Europa, e do seu empobrecimento relativo? ●

**Obviamente,  
todas as ideias  
são discutíveis,  
e as melhores  
soluções  
dependem  
sempre do  
contexto  
político,  
económico,  
social e  
tecnológico.**